



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681911 - SP (2021/0229559-2)

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARCELO DAYRELL VIVAS - SP329302  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : REGINALDO FERNANDES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REGINALDO FERNANDES, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2113859-28.2021.8.26.0000).

O paciente pleiteou ao Juízo da Execução Penal a progressão ao regime semiaberto. Na ocasião, o Ministério Público requereu a realização de exame criminológico, que restou deferido (e-STJ fl. 36).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, foi denegado (e-STJ fl. 61).

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para a exigência do exame criminológico para a concessão da progressão de regime ao paciente.

Alega que, no caso, não há nenhum dado que justifique a realização do exame.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a desnecessidade da realização do exame criminológico e o paciente seja progredido ao regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Colhe-se do acórdão recorrido que o Tribunal de origem manteve o deferimento de realização de exame criminológico em razão da necessidade de uma análise mais aprofundada acerca do preenchimento do requisito subjetivo para a concessão do benefício pleiteado.

É o que se denota do seguinte excerto (e-STJ fls. 63/65):

*"O paciente cumpre pena total de 16 (dezesseis) anos, 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, com término previsto para 15.04.2035 (fls. 10/13).*

*[...]*

*Isso porque, conforme entendimento desta colenda Câmara, a Lei de Execução, com a reforma de 2003, não aboliu o exame criminológico, devendo os condenados por crimes graves e praticados com violência a pessoa serem submetidos à avaliação técnica, como no caso em comento.*

*Nesse passo, não se vislumbra qualquer*

*irregularidade na r. decisão que determinou a realização do exame criminológico, porquanto a douta autoridade indicada coatora fundamentou nos termos a seguir:*

*“(…). Tratando-se de apenado com longa pena a cumprir (até 15/04/2035), que cometeu vários crimes, inclusive com violência ou grave ameaça à pessoa (art.157, § 2º CP), entendo por necessária a realização do exame criminológico, a fim de se aferir a presença do requisito subjetivo indispensável ao pleito. Como acentua Guilherme de Souza Nucci: “a jurisprudência, após a modificação introduzida pela Lei 10.792/2003, ao art. 112 da Lei de Execução Penal, tem, majoritariamente, adotado posição contrária à abolição padronizada do exame criminológico, exigível para a progressão de regimes, mormente de condenados por crimes violentos contra a pessoa. Em função da individualização executória da pena, não se pode permitir que um mero atestado de conduta carcerária cerceie o convencimento do magistrado, levando-o a estabelecer uma progressão-padrão” (Individualização da Pena, 3ª edição, Ed. RT, p. 11/12). Embora a realização do exame criminológico, a teor do art. 96 da LEP, não seja indispensável para instruir incidente da execução criminal, ainda constitui importante instrumento da execução penal, principalmente em caso como o presente.” (sic fl. 173 processo de execução nº 0014615-80.2019.8.26.0502).*

*Desta forma, constata-se que, in casu, era mesmo necessária a realização de exame criminológico para se aferir a assimilação da terapêutica penal e verificar se há elementos indicativos de que o paciente não voltará a delinquir.”*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência